

As Imagens como tomadas de posição

Uma análise da caricatura política na revista *O Malho* (1902-1906)

*Janine Figueiredo de Souza Justen*¹

Resumo: Propõe-se, aqui, investigar as relações editoriais, ideológicas e estilísticas estabelecidas entre as imagens publicadas n’*O Malho* e seus produtores no contexto do “Bota-Abaixo” (1902-1906). Defende-se a sobreposição das disputas políticas às estéticas que, através da mobilização do “gosto” ou do “belo”, impunham ideais específicos de “civilização” e “progresso” ao projeto urbano da cidade do Rio de Janeiro na Primeira República. Dispõe-se de 682 imagens e da análise de trajetória de 45 agentes, dentre proprietários, dirigentes e colaboradores da revista, localizados a partir de suas assinaturas nos desenhos coletados. Os resultados apontam para uma vinculação profunda entre os campos da arte, da intelectualidade e da política, para além de um reposicionamento da revista no espaço da imprensa da época: de um jornalismo “de combate” às práticas de manutenção do *status* de dominação.

Palavras-chave: imagem, caricatura, *O Malho*

The images as position taking

Analysing political caricatures at O Malho

Abstract: This paper analyses the editorial, ideological and aesthetical relations within the images published in *O Malho*, as well as their authors, in the context of “Bota-Abaixo” (1902-1906). It argues the existence of an overlap between the political over aesthetic struggles which, through the concepts of "taste" and "beauty" were able to impose specific ideals of "civilization" and "progress" to the urban project of the First Republic. This paper disposes of a gathering of 682 images published at the time and a path analysis of 45 agents (owners, authors and executive officers), the authors being identified by their signatures on the caricatures. The results show a deep combination between the fields of art, politics and that of the intellectuals; and it allow a reconsideration to the way the magazine has been classified by the literature: going from a “critique-of-the-system journalism” to a more conservative editorial line.

¹ Doutora em Comunicação e Cultura pela Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com doutorado sanduíche pelo Institut d’Études Politiques de Paris (Sciences Po). Mestre em Comunicação e Cultura e jornalista também pela UFRJ. Professora substituta do Departamento de Comunicação da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). E-mail: janine.justen@gmail.com.

Keywords: image, caricature, *O Malho*

Introdução

A caricatura emerge como linguagem gráfica no Brasil, sobretudo no Rio de Janeiro, na segunda metade do século XIX, consolidando-se nas décadas de 1890 e 1900 – quando a soma de periódicos especializados ativos na cidade já superava 60 títulos². Inspirada nos moldes da imprensa ilustrada europeia, principalmente francesa e portuguesa, impõe-se como manifestação intelectual, artística e política nos jornais e revistas classificados pela historiografia da imprensa como “populares”³ através da crítica e/ou do humor. A representação social do grupo dos caricaturistas, assim, se constrói a partir da circulação entre espaços de socialização específicos, como a Escola Nacional de Belas Artes (ENBA, antiga Academia Imperial de Belas Artes, Aiba), a Academia Brasileira de Letras (ABL), a Faculdade Nacional de Direito (FND) e a própria burocracia do Estado, que correspondia a cargos na carreira pública por nomeação ou pleito, dentre outras possibilidades que abarcavam posições de prestígio e reconhecimento entre pares. Reificada por relatos biográficos e autobiográficos difundidos desde então e constantemente atualizada por produções memorialísticas posteriores (institucionais ou de projetos individuais), a objetivação do *métier* conferia ao grupo “identidades estratégicas”⁴ definidas, na prática, por critérios de distinção, autenticidade e irreverência.

Herman Lima (1897-1981), caricaturista e biógrafo, assume o posto do memorialista de que se tem mais registros sobre a cena da caricatura no país ainda nos anos de 1940, com a coleção *História da Caricatura no Brasil* (1963), de quatro tomos, mantendo-se até hoje como fonte de fôlego para os estudos de reconstituição daquele contexto ou de análise de trajetórias dos agentes em pauta. Para ele – que se reconhecia por inteiro como membro do grupo⁵, prescrevendo, portanto, uma visão hegemônica sobre as disputas internas –, os

2 SALIBA, Elias. Raízes do Riso. *A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

3 DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista USP, n.53, nov/1989. VELLOSO, Monica. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

4 COLLOVALD, Annie. *Identité(s) stratégique(s)*. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, V.73, 1988, pp.29-40.

5 LUSTOSA, Isabel. *Roteiro para Herman Lima. Catálogo da exposição "Outros céus, outros mares", comemorativa do centenário de Herman Lima, realizada na Casa de Rui Barbosa de 5 de novembro a 4 de janeiro de 1998*.

“artistas do traço”⁶ negociavam um papel simultâneo de “artista”, “homem de letras”, “filósofo” e “clown”⁷. Seriam, ainda, “escritores caricaturistas” interessados em uma “caricatura literária”⁸, associando as atividades da escrita à plástica: “a caricatura aparece certamente entre todas as manifestações artísticas, como a mais vizinha da obra literária”⁹. Sob o argumento de que haveria uma preocupação de reconstituição do curso de uma história social na motivação de todo caricaturista, Lima inscreve como referência para um trabalho de excelência na imprensa aquelas publicações periódicas, em especial os semanários dedicados às “charges de combate”.

Nesse sentido, destaca-se a revista *O Malho*, consagrada pela bibliografia de referência como palco da sátira à sociabilidade parlamentar e aos costumes da aristocracia, ao passo que valorizaria as classes populares – de tal forma, “popular” e “contra hegemônica”¹⁰ – reunindo nomes do mundo da caricatura como Raul Pederneiras, Calixto Cordeiro (K. Lixto), J. Carlos, Lobão, Vasco Lima, Augusto Santos (Falstaff) e outros, dentre proprietários, dirigentes e colaboradores. Privilegia-se, pois, neste artigo, a investigação das dinâmicas estabelecidas entre as imagens produzidas e veiculadas na revista e as histórias de vida de seus produtores, buscando responder a decisões editoriais, ideológicas ou estilísticas a partir da análise das trajetórias escolares e profissionais do quadro de caricaturistas supramencionado naquilo que concerne ao recorte temporal das reformas urbano-sanitárias de Pereira Passos e Rodrigues Alves (1902-1906). O esforço, então, é de traçar uma prosopografia (i.e. uma biografia coletiva desses agentes) e relacioná-la às características valorizadas nas imagens e, conseqüentemente, no projeto público de modernidade defendido pelo veículo: as imagens como expressão das tomadas de posição daquele grupo. Como argumento central, defende-se que estava em jogo a mobilização de recursos estéticos não só pela noção de “gosto” ou de “belo” que se pleiteava difundir, mas, sobremaneira, pelas disputas políticas incorporadas nos ideais de “civilização” e “progresso” do projeto urbano da Primeira República. Para tal,

6 LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p.90-167.

7 Idem nota 5, p.884.

8 Idem nota 5, p. 1667-1668.

9 Idem *ibidem*.

10 DE LUCA, Tania Regina. *Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)*. São Paulo: Editora Unesp, 2011. LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista USP, n.53, nov/1989. VELLOSO, Monica. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015. BARBOSA, Marialva. *História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007. BARBOSA, Marialva. *História da Comunicação no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 2013.

dispõe-se de 682 imagens, de um total de 224 edições publicadas, e 45 trajetórias, que compõem a prosopografia¹¹.

Civilização, modernidade e progresso

Azevedo¹² propõe o arranjo da “Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro” a partir de duas motivações distintas: de um lado a natureza estética ligada à ideia de civilização e, de outro, a natureza econômica ligada à ideia de progresso. A primeira correspondeu, na prática, aos esforços do governo municipal de “embelezar” a cidade e “liquidar as epidemias”¹³, centralizando-se na figura de Pereira Passos; e a segunda, de ordem federal e centralizada na figura de Rodrigues Alves, teve como objetivo principal otimizar os investimentos de industrialização e comércio para escoamento da produção e estreitamento dos laços com o capital estrangeiro. Para além do apelo moral e de comportamento, a ideia de civilização nos trópicos implicava uma recuperação dos valores da tradição europeia, sobretudo franceses, sensíveis às estratégias da institucionalização e disciplinarização das Belas Artes no Brasil. Em contrapartida, a defesa da bandeira do progresso exigia a incorporação vanguardista dos meios e dos modos de produção de uma cidade funcional e eficaz vinculados à valorização das dinâmicas econômicas – aspectos que culminariam na especialização das atividades da construção civil, em especial àquelas referidas ao Clube de Engenharia.

A ideia de civilização estaria mais associada às últimas décadas do Império, trazendo o progresso quase como uma consequência direta de sua implementação. Com a instauração da República e a necessidade de se legitimar as representações e as práticas dos “vitoriosos” no conflito político, houve uma inversão hierárquica entre aqueles pressupostos, originando uma até então inédita submissão da noção estética à da técnica. Isso explica as dimensões local e nacional das reformas urbano-sanitárias na cidade, estando a primeira, de caráter civilizatório, sujeita e limitada às orientações ditadas por um plano geral que visava fundamentalmente não uma reconfiguração dos gostos e costumes mas, sim, uma reconfiguração estrutural das condições de acesso e de legitimação das matrizes econômicas: o que significava romper com a lógica monárquica da hereditariedade e introduzir a lógica republicana do reconhecimento do mérito. Interdependentes, apesar de apresentarem propostas antagônicas, o entendimento de uma unidade nas reformas representa a negociação das “elites” no campo de forças da

11 Para acessar os bancos de dados exaustivos, Cf. JUSTEN, 2020.

12 AZEVEDO, André. *A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.

13 Idem nota 11.

cultura, da arte, da intelectualidade e do capital econômico; questão que, como veremos, se reflete nas dinâmicas de produção, difusão e consumo das revistas ilustradas no Rio de Janeiro.

Em um levantamento sistemático das palavras “progresso” e “civilização” na imprensa carioca entre os anos de 1903 e 1906, tem-se o alinhamento da primeira ao desenvolvimento material¹⁴ e da segunda a uma “nova ética urbana”, regida por “princípios liberais, como liberdade, culto do direito, valor do trabalho e da economia, bem como a valores tradicionais, como honradez” e outros estigmas morais¹⁵. Nas charges d’*O Malho*, todavia, “civilização” e “progresso” são ideias dispostas de maneira velada ou, ao menos, menos explícitas do que quando tratadas em seus textos – notícias, perfis e crônicas. Em tom conciliatório, essas ideias aparentemente conflitantes, que se chocam por disputas hierarquizantes de projetos de sociedade, são tratadas de modo personificado; nesse sentido, as representações de Pereira Passos e Rodrigues Alves prescrevem, para além de *papéis políticos* (“o” prefeito e “o” presidente), práticas e condutas de *negociações políticas*, o que implica à revista a função de mediação: o que se dava entre os intelectuais e o público ou entre os domínios da arte e da política, se estende à dimensão dos atores políticos dentro de suas próprias esferas.

Das 682 imagens selecionadas neste *corpus* empírico, Pereira Passos é retratado em 293 delas (42,96%) e Rodrigues Alves, em 123 (18%). A Comissão de Obras, representada majoritariamente na revista pelos engenheiros Lauro Müller, ministro da Viação e Obras Públicas, e Paulo de Frontin, presidente do Clube de Engenharia e chefe da Comissão Construtora da Avenida Central, aparece em 98 delas (14,36%). Nas três situações, existem ocorrências múltiplas, nas quais constam simultaneamente referências a Passos, a Rodrigues Alves e, também, à Comissão de Obras em uma mesma imagem. A leitura dessas figuras como tiranas, persecutórias do “povo” e mobilizadas somente por interesses das “elites” existe, mas não é a única; ao contrário, de maneira geral, mais recursos foram acionados para defendê-las, o que abrange defender também seus projetos e o modo como se pretendeu executá-los, na tentativa de construir junto à audiência ondas de aceitação e popularidade. Tanto o prefeito quanto o presidente foram retratados como colecionadores de arte¹⁶, Rodrigues Alves colecionador de caricaturas em especial, e ambos frequentavam tanto as

14 Idem nota 11, p.164-168.

15 Idem nota 11, p.225-226.

16 LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol.3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. SQUEFF, Leticia. *As Exposições Gerais da Academia de Belas Artes: teatro de corte e formação de um mercado de artes no Rio de Janeiro*. Arte & ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ, n. 23, nov/2011.

Exposições Gerais de Belas Artes como os Salões de Humoristas, onde expunham trabalhos ao menos 13 dos 45 perfilados (aproximadamente 29%)¹⁷.

O discurso de modernização emerge com o próprio lançamento d'*O Malho*. Já no primeiro número da revista, uma charge de página dupla antecede os textos de apresentação editorial evocando as ideias de civilização e progresso através de seus símbolos mais imponentes: “Paz”, “Liberdade”, “Intendência”, “Escola de Medicina”, “Escola de Belas Artes” e, por último, um conjunto onde se lê “grandes projetos de construção moderna”, “Câmara dos Deputados” e “Theatro Nacional”¹⁸; representados por mulheres, todos esses símbolos caminham em direção a um salão no qual se estampa o letreiro “O Malho” (figura 1). No segundo e no terceiro números, a estrutura se repete, trazendo os seguintes rótulos: “Escola de Bellas Artes” mais uma vez, “Larousse”, “Escola de Direito”, “Lavoura”, “Alfândega” e “Política”, que vem acompanhada da legenda “poder”; “Imprensa”, “Escola Militar”, “Armada”, “Câmara dos Deputados” mais uma vez, “Hygiene Offenciva” acompanhada de “desinfecte” e “isolamento”, “Hygiene Defenciva”, “Guarda Nacional” e “Polícia”. No primeiro caso, têm-se as assinaturas de Crispim do Amaral, então diretor artístico da revista, e do português João José Vaz; no segundo e no terceiro casos, somente a assinatura de Crispim. Nas três situações são valorizados tanto aspectos técnicos quanto estéticos havendo, em todas elas, articulação com as trajetórias dos agentes em pauta no que tange à sua formação (escolar e profissional) e aos seus engajamentos, além dos postos públicos ocupados.

Figura 1 - Em Visita a "O Malho"



Fonte: *O Malho*, 20 de setembro de 1902. Por Crispim do Amaral e João José Vaz. Acervo: FCRB.

17 Alfredo Candido, Max Yantok, Álvaro Marins (Seth), Calixto Cordeiro, Vicente do Rego Monteiro, Hélio Seelinger, Angelo Agostini, Vasco Lima, Alfredo Seelinger, Rafael Bordalo Pinheiro, Marc Ferrez, João José Vaz, Raul Pederneiras.

18 Neste artigo, foram preservadas as grafias originais das publicações, o que implica o registro de estruturas próprias da época e variações da escrita que fogem da norma culta da língua vigente atualmente.

Isso porque verifica-se correspondências diretas entre as biografias analisadas e os valores ou instituições evocados: (i) para as instituições de ensino temos que, por exemplo, Olavo Bilac, Álvaro Marins e José do Patrocínio frequentaram a Escola de Medicina; Hélios Seelinger, Calixto Cordeiro, Raul Pederneiras e Renato de Castro frequentaram a Escola de Belas Artes (tendo, inclusive, dois deles ocupado cargos de professor); Raul Pederneiras, Mário Pederneiras, Joaquim Nabuco, Paulo Bittencourt e outros frequentaram a Escola de Direito, com Raul destacando-se no magistério; temos ainda a Escola Militar frequentada pelos proprietários da revista, Luís Bartolomeu de Souza e Silva e Antonio Azeredo; (ii) quanto às ocupações em cargos públicos, temos a Câmara dos Deputados que contou com mandatos e candidaturas de Luís Bartolomeu, Antonio Azeredo e Raul Pederneiras; a Guarda Nacional onde trabalhou Augusto Malta, fotógrafo colaborador da revista e fotógrafo oficial da Prefeitura¹⁹; (iii) com relação aos engajamentos destacam-se a imprensa, com a ativa participação de Raul Pederneiras na Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e em outras associações pela liberdade da imprensa, e o Theatro Nacional, evocando a fundação e a manutenção da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), da qual Raul Pederneiras e Bastos Tigres foram fundadores, entre outras sociedades artísticas.

Nota-se que a partir de novembro de 1902, após o resultado do pleito presidencial, a tomada de posição pela intervenção urbana passa a ser expressa de maneira objetiva, com referências diretas à cidade e às suas questões cotidianas. Dispostas em alegorias, elas evocam noções de controle, ordem e contenção da barbárie em estímulo aos projetos que se apresentavam no governo “para impressionar os burgueses”: um homem que segura a placa “Projectos” arrasta consigo outros cinco sujeitos acorrentados, dentre eles uma mulher, representando a “malandragem”, o “roubo”, o “jogo”, o “álcool” e a “prostituição” (figura 2).

19 Dos 45 perfilados, 13 assumiram cargos públicos (eletivos ou por nomeação) na primeira década da República, período que compreende os primeiros oito anos de circulação da revista, tendo alguns deles desempenhado mais de uma atividade e em órgãos diferentes.

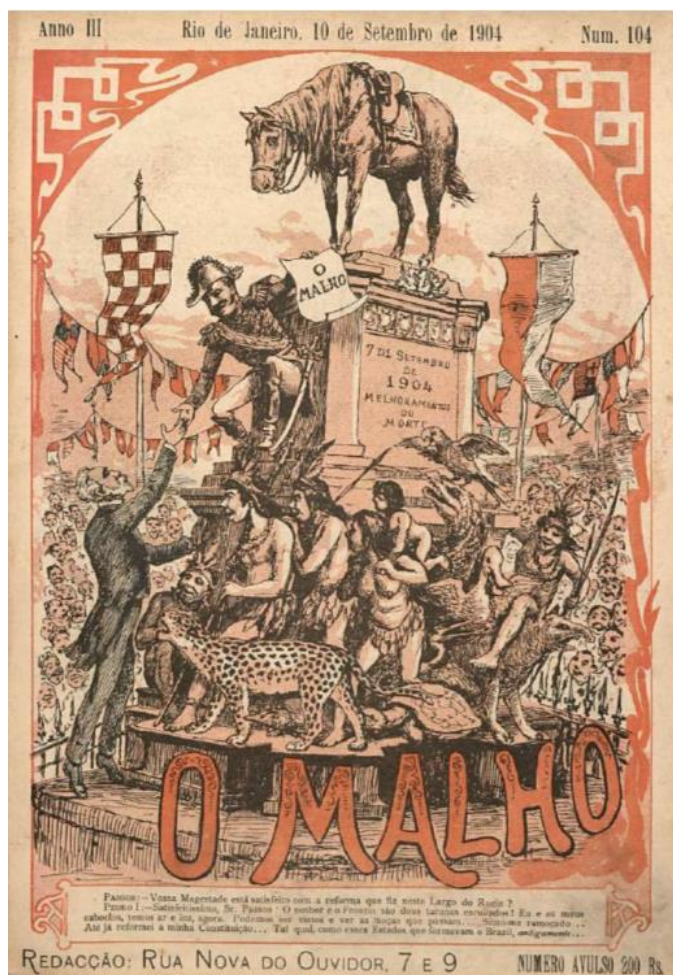
Figura 2 - Para Impressionar os Burgueses



Fonte: *O Malho*, 1 de novembro de 1902. Por Calixto Cordeiro e João José Vaz. Acervo: FCRB

No ano seguinte, o apoio estendido à atuação da Comissão de Obras já se fazia notável. A edição número 104, publicada em 10 de setembro de 1904, trazia estampada na capa a exaltação dos melhoramentos da cidade em comemoração à Independência da República e sugeria que foram aqueles feitos os responsáveis pela harmonia entre o passado colonial, representado pelos indígenas e a mata virgem, a Monarquia, representada por D. Pedro I, e o presente que se vislumbrava na esteira do moderno republicano; a cena onde o imperador desce de seu cavalo para cumprimentar Pereira Passos sob os dizeres de “melhoramentos ou morte” diante do “povo” não fora assinada (figura 3). No mesmo exemplar, a cores e de página inteira, *O Malho* valia-se da inauguração da Avenida Central para retratar Rodrigues Alves, Pereira Passos, Lauro Müller e Paulo de Frontin imponentes em desfile sobre os bondes elétricos. Assinado por Angelo Agostini, o desenho representa a região central como um canteiro de obras; a equipe é saudada pela população à medida que expõe, ao fundo, os trabalhadores (figura 4).

Figura 3 - Melhoramentos ou Morte



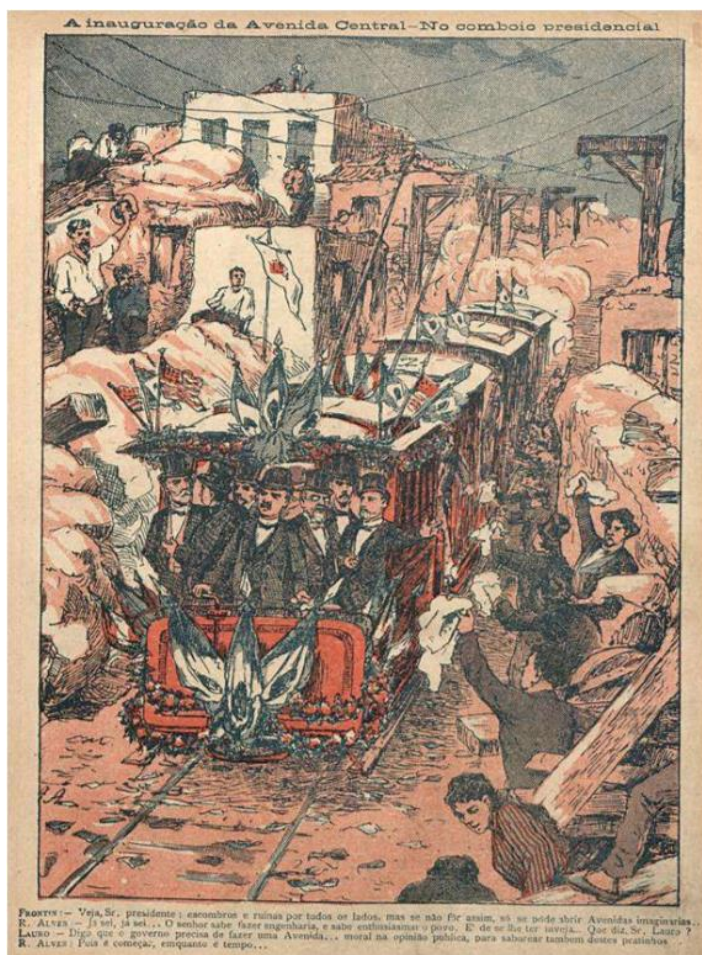
Fonte: *O Malho*, 10 de setembro de 1904. Capa. Sem assinatura. Acervo: FBN.

Passos:-Vossa Magestade (*sic*) está satisfeito com a reforma que fiz neste Largo do Rocio ?

Pedro I :-Satisfeitíssimo, Sr. Passos (*sic*)! O senhor e o Frontin são dous turunas escovados! Eu e os meus caboclos, temos ar e luz, agora. Podemos ser vistos e ver as moças que passam... Sinto-me remoçado... Até já reformei a minha Constituição... Tal qual, como esses Estados que formavam o Brazil, antigamente...²⁰

²⁰ *O Malho*, 10 de setembro de 1904.

Figura 4 - A Inauguração da Avenida Central



Fonte: *O Malho*, 10 de setembro de 1904. Por Angelo Agostini. Acervo: FBN.

Frontin :- Veja, Sr. presidente ; escombros e ruínas por todos os lados, mas se não fôr assim, só se pôde abrir Avenidas imaginarias... (*sic*)

R. Alves :- Já sei, já sei... (*sic*) O senhor sabe fazer engenharia, e sabe entusiasmar o povo. E' de se lhe ter inveja... Que diz, Sr. Lauro ? Lauro :- Digo que o governo precisa de fazer uma Avenida... moral na opinião publica, para saborear tambem destes pratinhos... (*sic*)

R. Alves : Pois é começar, enquanto (*sic*) é tempo...²¹

Nesse sentido, verifica-se uma tendência de corresponder grandes narrativas elogiosas a movimentos de avanços das obras públicas: divulgação dos planos e plantas, cerimônias de inauguração das obras ou de sua entrega, plantios de áreas verdes, apresentação das parciais do embelezamento das ruas com novas fachadas, calçamento ou iluminação pública etc.; o que, no plano geral, implica a minimização dos impactos das críticas pontuais endereçadas à alta no preço dos aluguéis, à demolição e à desapropriação de imóveis e aos decretos de

²¹ *O Malho*, 10 de setembro de 1904.

controle de circulação de pessoas e animais na região central. Aliados da manutenção da ordem, são com frequência retratados de maneira positiva também a Polícia e o Exército.

Classificações do discurso

Essas tipificações encampam a discussão sobre as indicações gerais da literatura de referência a partir das quais *O Malho* teria produzido um discurso contra hegemônico, cujo engajamento se daria majoritariamente apoiado nos recursos da sátira política explorados pela caricatura, e tributário de práticas próprias do jornalismo popular, sobretudo no sentido gráfico, enfatizado pela adesão à linguagem da imagem em detrimento do formato de texto tradicional. Verifica-se, no entanto, através de uma análise sistemática daquelas publicações e de suas condições de produção, algumas divergências ou contradições relacionadas às possibilidades de classificação – o que implica, direta ou indiretamente, a necessidade de uma revisão daquilo que concerne, por exemplo, à posição da revista no espaço da imprensa local.

No sentido gramsciano, contra hegemonia diz respeito à esfera do dissenso, “interferindo na conformação do imaginário social e nas disputas de sentido e de poder”²²; a “hegemonia”, por sua vez, “pressupõe a conquista do consenso e da liderança cultural e político-ideológica de uma classe ou bloco de classes sobre as outras”²³ e exprime um universo maior de convicções, condutas sociais e morais correspondentes a bases econômicas dominantes, juízos de valor e princípios de organização e ação política majoritários ou impositivos. Nesses termos, a imprensa seria entendida, na dimensão do poder simbólico, como um “agente da hegemonia” – dentre os quais se localizam também sindicatos, partidos políticos, a Igreja, as escolas etc. – carregada de ideologia para manter ou reforçar uma dominação já estabelecida ou para contrariar seus pressupostos e formar novos padrões.

Imprensa contra hegemônica, então, em tese, seria aquela que traz consigo o dever ético da denúncia e da tentativa de reversão de condições de marginalização e/ou exclusão de determinadas parcelas sociais no contexto da produção capitalista. *O Malho*, apesar de promover quebras narrativas pontuais com charges que analisaremos mais adiante, como no caso da Revolta da Vacina ou das desapropriações de moradia popular, não produz dissenso sobre a necessidade ou sobre o encaminhamento das reformas do Rio; de maneira geral, não só apoia como, ainda, tal qual visto na defesa de Passos, busca fomentar bases sociais e

22 MORAES, D. *Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci*. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan-jun/2010, p.54.

23 Idem nota 18, p.55.

políticas possíveis para garantir o seu prosseguimento em mandatos próximos. Não há também nas trajetórias dos agentes responsáveis pela produção daquele discurso, em grande parte de origem social elevada e apresentando disposições que aderem satisfatoriamente às práticas e representações das “elites”, qualquer indício de desejo de subversão ou ruptura com a gramática do projeto de modernidade que se desenhava implementar. Percepções incorporadas pela literatura²⁴ de que aqueles agentes provocavam “perplexidade social” em suas matérias de caráter denunciante no que tange “aos excluídos do processo de modernização do Rio de Janeiro”²⁵ não relevam, pois, a complexidade do quadro.

Já o jornalismo popular, historicamente associado ao jornalismo sensacionalista²⁶, tem por definição a “proximidade e empatia com o público-alvo, por intermédio de algumas mudanças de pontos de vista, pelo tipo de serviço que presta e pela sua conexão com o local e o imediato”²⁷; comporta periódicos que atendam às classes sociais mais baixas, de menor renda e menor grau de instrução, sejam baratos, possuam baixa paginação e que se destaquem pela prestação de serviços. De maneira geral, os jornais populares atendem ainda a regiões urbanas específicas, dificilmente tornando-se nacionais, não dispõem de assinatura para seus leitores, se utilizam de linguagem simples e reúnem a publicidade de produtos que visam um público de baixa renda. Apesar de se apresentar como porta-voz do “povo” e colocar-se como seu defensor frente às disputas políticas, o grande representante desse segmento na revista é o personagem *Zé Povo* que, contudo, aparece com frequência em posição subalterna ou de ridicularização frente às classes dominantes.

Alguns padrões indicam que, ao contrário do que sugere os estudos de referência, o público-alvo d’*O Malho* seria composto por representantes da pequena e média burguesia: (i) o preço do exemplar, custando de 200 a 300 contos de réis, chegando a 500 ou mais em edições especiais (enquanto, na concorrência, outros jornais “populares” custavam em média 100 contos de réis); (ii) a promoção das Belas Artes e de instituições de ensino estrangeiras do

24 LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista USP, n.53, nov/1989. QUEIROZ, R. *História da caricatura no Brasil: um fardo nobre, cheio de memória e pertencimento*. Dissertação de mestrado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010. VELLOSO, Monica. *Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes*. Petrópolis: KBR, 2015. PETRARCA, Fernanda. *Por uma sociologia histórica do jornalismo no Brasil*. VI Encontro de Pesquisadores da História da Mídia, ALCAR, 2008.

25 PETRARCA, Fernanda. *Por uma sociologia histórica do jornalismo no Brasil*. VI Encontro de Pesquisadores da História da Mídia, ALCAR, 2008, p.12.

26 Atribui-se ao “sensacionalismo” um “tipo de notícia que apela às sensações, que provoca emoção, que indica uma relação de proximidade com o fato reconstruído exatamente a partir de uma memória dessas sensações”. Quando analisado sob a ótica da Indústria Cultural, pode indicar também um jornalismo de função alienante, que se apropria das sensações, mercantilizando-as. Cf. BARBOSA; ENNE, 2005.

27 AMARAL, Marcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011, p.16.

setor, como a *Académie Julian de Paris*, onde estudou Angelo Agostini, enfatizando a pintura, a escultura e a tradição da Escola francesa; (iii) a reprodução periódica de fotografias de álbuns de família e de partituras musicais em páginas inteiras – muitas delas escritas por Augusto Santos, formado em Música e membro de orquestra sinfônica; (iv) a cobertura de eventos particulares, como jantares de associações locais e celebrações de pequenas organizações e sociedades; (v) divulgação de serviços e eventos culturais em trajes de gala. Ademais, *O Malho* oferecia aos leitores tanto da capital quanto do interior a possibilidade de adquirir a revista por meio de assinaturas de 3, 6 e 12 meses, característica que, conforme indica Amaral²⁸, não era comum para aquele segmento.

Os anunciantes mais constantes, que se faziam os grandes financiadores da revista, tinham à sua disposição também os caricaturistas; os anúncios destacados, que vinham agora desenhados e em cores, longe da seção geral de classificados, ocupavam metade de uma página, dispostos dois a dois, ou até mesmo uma página inteira, privilegiando a pequena burguesia e a aristocracia local (figura 5).

Figura 5 – Anúncio “Restaurant Lua de Ouro”



Fonte: *O Malho*, 1 de julho de 1905. Por Calixto Cordeiro. Acervo: FBN.

28 AMARAL, Marcia. *Jornalismo Popular*. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.

Os proprietários (*sic*) deste conhecido estabelecimento, participam aos seus amigos e freguezes e ao público (*sic*) em geral, a sua mudança para a RUA SETE DE SETEMBRO N. 136, onde esperam merecer a sua apreciada confiança.

- Olhe, Sr. Dr. Passos, o senhor é que me força a este sacrifício...

- Não te preocupes com isso : freguezes (*sic*) não te faltarão e eu mesmo serei um delles ; demais, tenho em projecto muitas derrubadas ainda em outras ruas, que suprimirão muitos hotéis, e aos que sobreviverem ninguém poderá chegar com a poeira que será de asphyxiar... E quem quizer (*sic*) comer e passar bem há de recorrer ao “Restaurant Lua de Ouro”, na ponta!

- É verdade, mas os freguezes que tenho já os conheço, não sofrem de dyspepsias, graças á minha bôa cosinha (*sic*), e os outros, não sei em que estado apparecerão... É o caso : aquelles estão no sacco, estão no papo - estes, estarão ou não.

- Tens razão, amigos velhos e bons não se esquecem, mas... os novos também (*sic*) não se desprezam... Tudo entrará nos seus eixos e você verá como o seu Lua de Ouro fica mesmo um sol deslumbrante!...²⁹

Para Lustosa³⁰, “Raul Pederneiras conferiu destaque às cenas populares (...). Os tipos sofisticados, de elite, tiveram em Calixto seu caricaturista”; Lima³¹ qualifica os “tipos” de Calixto Cordeiro como “seus cavalheiros de fraque, as damas elegantes e pomposas, os esnobes de todo o tipo” frequentemente associados a “charges políticas extremamente vigorosas”. Loredano³², que catalogou os trabalhos de J. Carlos publicados n’*O Malho* de 1922 a 1930, período em que o caricaturista fora diretor artístico de todo o Grupo Malho – *O Malho*, *O Tico-Tico*, *Ilustração Brasileira*, *Leitura Para Todos*, *Para Todos...*, *Almanaque d’O Malho* e *Almanaque d’O Tico-Tico* –, o descreve como um “comentador da política nacional” dedicado às contradições entre a cidade que se moderniza “e se pretende europeia e aquela que palpita na cultura peculiar de suas ruas”. No entanto, dados biográficos como a aproximação de Pederneiras à ideologia fascista e a simpatia declarada por Benito Mussolini durante os anos 1920³³, por exemplo, e a postura contrária de J. Carlos, que apesar de anticomunista fora também antinazifascista e antiautoritarista³⁴, para além de aderir a um discurso discriminatório de raça que se acoplou às mobilizações e engajamentos intelectuais pela formação da identidade nacional, contam pouco nos esforços de síntese da produção acadêmica acerca do tema. E essas questões se complexificam ainda mais quando seus

²⁹ *O Malho*, 1 de julho de 1905.

³⁰ LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista USP, n.53, nov/1989, p.61.

³¹ LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963, p.1011.

³² LOREDANO, Cássio. *O Vidente Miope. J. Carlos n’O Malho (1922-1930)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007, p.12.

³³ SILVA, Rogério. *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014, p.185.

³⁴ LOREDANO, Cássio. *O Vidente Miope. J. Carlos n’O Malho (1922-1930)*. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007, p.172-177.

contextos vêm à tona, como no caso de Pederneiras (um dos caricaturistas de quem mais se tem registros biográficos):

A convivência de Raul com os setores desprivilegiados do Rio de Janeiro ocorria nas festas populares, nas ruas de maneira geral, onde ele buscava muitas das suas ideias para suas criações de humor, músicas e pesquisas etimológicas. Porém, entre os setores sociais dominantes, Raul mantinha uma convivência mais próxima de sua intimidade. O seu prestígio intelectual e a sua erudição tinham grandes admiradores ali. Os convites constantes para almoços, jantares, chás e banquetes eram algo comum em sua vida social³⁵.

As relações de compadrio, amizade e lealdade, as relações políticas em termos de acesso a cargos da carreira pública, o capital econômico, a influência familiar etc. compõem um conjunto do qual a imagem como produto final – o discurso manifestado por aqueles agentes que formaram juntos agendas na imprensa – não deve se desvencilhar. Nesse sentido, perceber as dinâmicas de formação do grupo e da própria revista como termos de um processo de institucionalização inscrito em um espaço de disputas internas exige localizar, também, as estratégias de mobilização de recursos através das quais aqueles agentes conseguiram se impor sobre a instituição, intervindo sobre as tomadas de posição.

Disposições, práticas e produção de sentido

Na metade do século XIX, o Rio de Janeiro já era uma cidade portuária estratégica para a economia agroexportadora, núcleo da gestão administrativa, porta de entrada do Império e capital cultural e econômica do país. Assim, de 1849 a 1851, fez-se as primeiras investidas higienistas contra a cólera, a varíola, a tuberculose e a febre amarela, doenças endêmicas que, segundo a fala oficial, assolavam a população e precisavam ser combatidas com urgência³⁶: criou-se a Comissão Central de Saúde Pública, com consequente inspeção e fiscalização sanitária de navios, mercados, prisões, hospitais e habitações coletivas, e os registros e relatos dos casos das doenças, bem como as medidas de tratamento e óbitos foram centralizados³⁷. Em 1851, foram criadas, também, uma Junta de Higiene Pública e uma Comissão de Engenheiros, a fim de aliar às questões sanitárias os esboços estruturais da reforma urbana: instaurou-se a política de vacinação obrigatória e o Estado passou a organizar e exercer a “polícia sanitária em terra”, monitorando os “espaços potencialmente perigosos da cidade” –

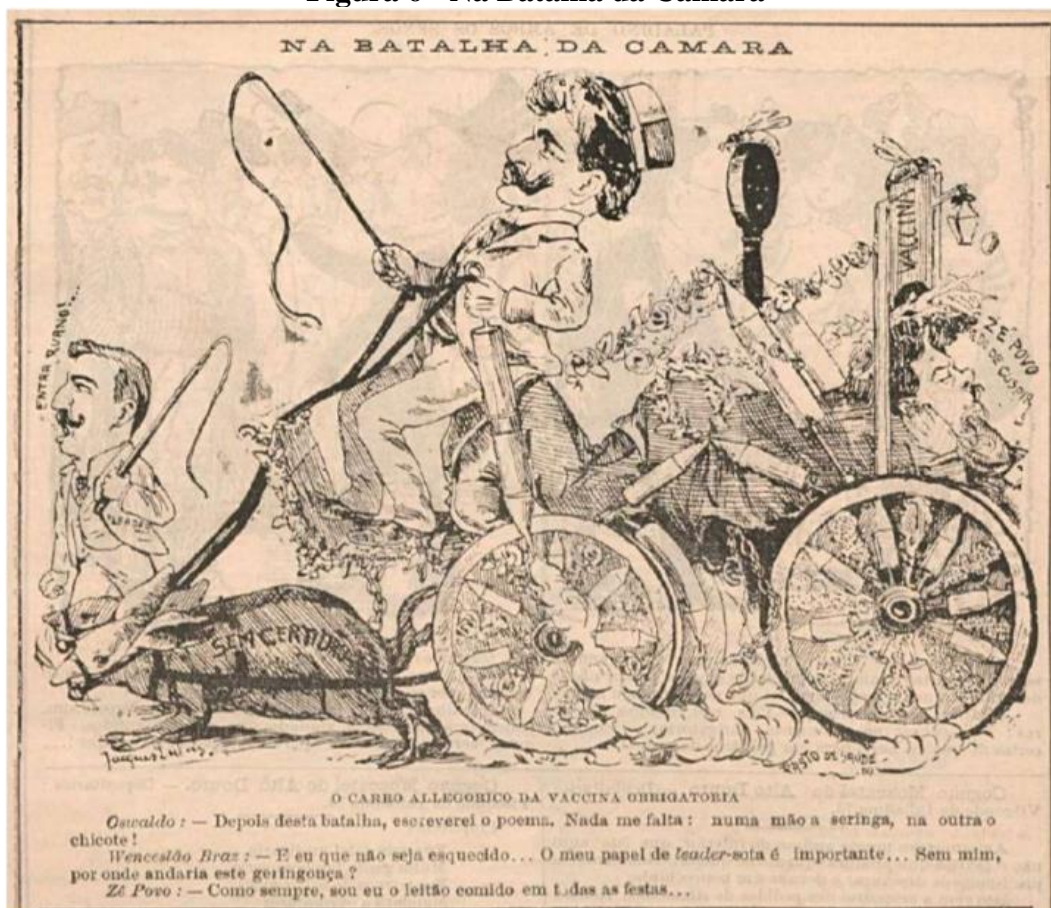
35 SILVA, Rogério. *Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)*. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014, p.128.

36 MARQUES, Eduardo. *Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro*. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, II (2), jul-out/1995, p.59.

37 Idem nota 31, p.58.

sujos, pobres, desordenados, violentos³⁸. A “Revolta da Vacina”, como ficou conhecida a insurreição popular contra a campanha de vacinação obrigatória, fez-se caso emblemático nas representações das questões de saúde pública d’*O Malho* (figuras 6 e 7), com frequência focadas na figura do médico Oswaldo Cruz, então Diretor Geral de Saúde Pública (cargo hoje correspondente ao Ministro da Saúde).

Figura 6 - Na Batalha da Câmara



Fonte: *O Malho*, 1 de outubro de 1904. Por Alfredo Candido. Acervo: FBN.

Oswaldo : - Depois desta batalha, escreverei o poema. Nada me falta : numa mão a seringa, na outra o chicote !

Wenceslão Braz : - E eu que não seja esquecido... O meu papel de leader-sota é importante... Sem mim, por onde andaria este geringonça ?

Zé Povo : - Como sempre, sou eu o leitão comido em todas as festas...³⁹

38 RODRIGUES, A. E. *História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade capital do século XX*. In: CARNEIRO; SANDRA; SANT’ANNA (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

39 *O Malho*, 1 de outubro de 1904.

Figura 7 - Guerra Vaccino-Obrigeteza!...



Fonte: *O Malho*, 29 de outubro de 1904. Por Leônidas Freire. Acervo: FBN.

Espectaculo (*sic*) para breve nas ruas desta cidade : Oswaldo Cruz, o Napoleão da seringa e lanceta, á frente das suas forças obrigatorias (*sic*), será recebido e manifestado com denodo pela população. O interessante dos combates deixará a perder de vista o das batalhas de flores e o da guerra russo-japoneza (*sic*). E veremos no fim da festa quem será o vaccinator á força (*sic*)!⁴⁰

O posicionamento favorável à imunização obrigatória se inscreve no horizonte biográfico de alguns dos perfilados, como José do Patrocínio, Olavo Bilac e Álvaro Marins, que frequentaram a Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro – instituição preocupada, segundo Coradini⁴¹, com a construção e a consolidação de um saber médico aplicado à lógica da gestão do Estado nos termos da higiene pública, o controle epidemiológico, a experimentação e a divulgação científicas.

Em 1873, foi criada a Comissão de Melhoramentos da Cidade, da qual faziam parte o atual inspetor de obras públicas e futuro prefeito, Pereira Passos, e os engenheiros Paulo de

40 *O Malho*, 29 de outubro de 1904.

41 CORADINI, Odaci. *Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil*. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, III (3), pp. 425-466, fev/1997.

Frontin e André Rebouças. “O setor de acumulação urbana se organizou a partir de capitais oriundos da atividade cafeeira, em declínio desde a década de 1870, e estruturou a economia urbana da cidade, subordinando-a à sua lógica mercantil”⁴². No exercício daquelas atividades, verifica-se sobre a linha de conduta do Clube de Engenharia o condicionamento da estética à técnica, representado no trecho aqui reproduzido pelo ordenamento das orientações que se seguem: seriam os efeitos das intervenções sanitárias ou “hygienicas” enquanto medidas estruturais que proporcionariam o “embellesamento” da cidade; ou, dito de outra forma, somente investimentos norteados pela ideia de progresso tornariam possível a materialização de um projeto ou de uma ideia civilizatória.

Senhores, o programa consigna o embellesamento da nossa capital! No momento actual parece-nos que para embelesal-a é bastante dar-lhe as condições hygienicas a que tem direito (...) o embellesamento da cidade já é em grande parte o seu saneamento ou um poderoso fator para este desideratum, e portanto o início de qualquer cometimento deve ser o traçado na sua indicação⁴³.

Em função das levas de imigração e do êxodo rural, sobretudo depois da promulgação da Lei de Terras (1850) e da abolição da escravidão (1888), a população urbana do Rio praticamente dobrou, passando de 274.972 a 522.651 habitantes em menos de 20 anos⁴⁴. Sem assistência, a questão da moradia passou a ser tratada como um “problema social”⁴⁵: só na região do coração da cidade, que abarcava a Biblioteca Nacional, a ENBA e o Theatro Municipal, falava-se em 700 demolições entre pequenos comércios, estalagens e cortiços. Com relação às habitações populares, estima-se mais de 20 mil desabrigados, tendo sido 1.040 demolições declaradas pela Prefeitura no total. Para Rodrigues⁴⁶, “como em qualquer outra metrópole civilizada, esses problemas resultam da expansão dos valores do progresso” e completa: eles “acentuam a complexidade da autoridade pública, encarada como agente de manutenção da segurança da população e base de todo o processo de *regeneração*” (grifo nosso). Nessa época, o número de cortiços, estalagens ou “casas de cômodos” passou de 642,

42 MARQUES, Eduardo. Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro. *Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos*, II (2), jul-out/1995, p.61.

43 *Revista do Clube de Engenharia*, fevereiro de 1901.

44 WEID, Elisabeth. *A cidade, os bondes e a Light: caminhos da expansão do Rio de Janeiro (1850-1914)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

45 VALLADARES, Licia. *A invenção da favela: Do mito de origem à favela.com*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980. RODRIGUES, A. E. *História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade capital do século XX*. In: CARNEIRO; SANDRA; SANT’ANNA (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

46 RODRIGUES, Antonio Edmilson. *História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade capital do século XX*. In: CARNEIRO; SANDRA; SANT’ANNA (Orgs.). *Cidade: olhares e trajetórias*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009, p.88.

com 9.671 quartos e 21.929 pessoas, para 1.331, com 18.866 quartos e 46.680 pessoas e a política de perseguição às habitações coletivas foi iniciada⁴⁷. Em 1886, o Conselho de Saúde do Distrito Federal sugere a expropriação e a destruição de tais habitações, devendo seus moradores ser removidos para a periferia da cidade. Em 1889, criou-se a Empresa de Saneamento do Rio de Janeiro que, em um ano, se tornaria proprietária de todos os conjuntos de moradia popular com exceção das chamadas *vilas operárias*, em tempo ainda bastante incipientes.

Das 682 imagens publicadas n’*O Malho* sobre as reformas, 58 representaram a crise de habitação na cidade (8,5%) – sendo de todas elas apenas duas fotografias. As charges se apresentaram de maneira dispersa entre março de 1904 e dezembro de 1906, dentre as quais se destacam aquelas que cobriram a onda de suicídios de devedores em função tanto das altas dos aluguéis quanto das desapropriações ou remoções impostas por decreto e executadas, segundo a revista, com o apoio do Departamento de Polícia; com abordagem crítica, tal qual sugere o caso abaixo (figura 8), foram todas assinadas pelo português Alfredo Cândido. As questões relativas à nacionalidade do autor e à ausência de cargos de direção ocupados por ele n’*O Malho* se aliam a certos aspectos de sua trajetória biográfica que indicam as possibilidades de emergência desse conjunto de caricaturas, como a sua condição de fundador e proprietário da revista ilustrada *A Larva*, que teria se distinguido das demais por tecer críticas ácidas ao governo de Rodrigues Alves e que teria, ainda, contribuído para a formação da parcela satírica d’*O Malho*, sobretudo naquilo que concerne à sátira política.

47 MATTOS, Rômulo. *Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

Figura 8 - Causa Mortis



Fonte: *O Malho*, 8 de abril de 1905. Por Alfredo Candido. Acervo: FBN.

Attribue-se o suicidio do Sr. Couceiro ao facto de ter a Prefeitura mandado demolir com urgencia o prédio (*sic*) onde o suicida tinha o seu estabelecimento. (Dos jornaes)

O suicida: - O' meu amigo! (*sic*) Essas covas são seguras?

O coveiro: - Não consta que ninguém se lembre de sahir dellas... (*sic*)

O suicida: - Não é isso. Pergunto si se póde estar tranquillo ahi, sem que ninguém se lembre de as demolir á força (*sic*).

O coveiro: - Ai, não, senhor! O prefeito daqui sou eu e só de cinco em cinco annos é que as desocupo... quando me mandam.

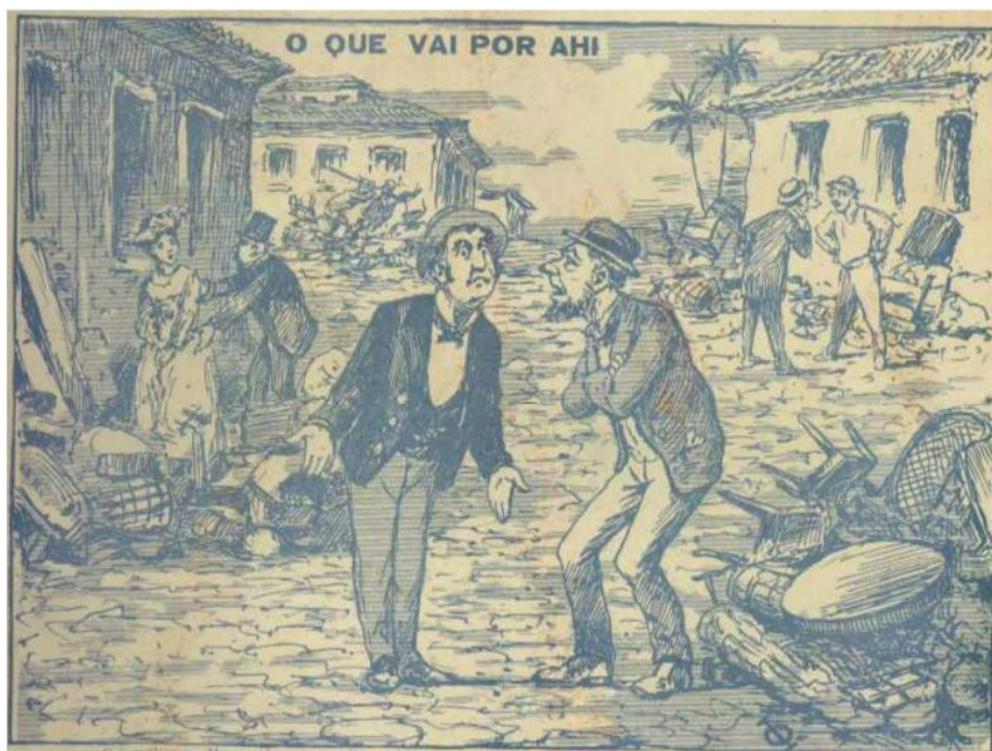
A morte: - Eu não te disse? Cinco annos de tranquillidade são um seculo para quem tem vivido num desassocego constante... (*sic*).⁴⁸

Com relação ao aumento nos valores de aluguel e consequentemente dos conflitos entre inquilinos e proprietários de imóveis, a charge de crítica mais direta é assinada por Raul Pederneiras (figura 9); considerando que, segundo a produção de biografias acerca do autor, Raul era o caricaturista que mais se destacava pelo capital social que possuía, as relações de

⁴⁸ *O Malho*, 8 de abril de 1905.

amizade e a mais facilitada circulação entre as esferas da arte, da política e da intelectualidade, fortemente exaltada em seus elogios fúnebres – fora professor da ENBA e da FND, candidato a deputado federal, presidente da ABI com vasta produção literária etc. –, a imagem em cena, apesar de contundente, não provoca efeitos de ruptura quanto às relações previamente estabelecidas.

Figura 9 - O que vai por ahi



Fonte: *O Malho*, 17 de junho de 1905. Por Raul Pederneiras. Acervo: FCRB.

Não obstante, a primeira medida do projeto de modernização da cidade no mandato de Passos fora a interdição e posterior demolição dos chamados quiosques, pequenas unidades comerciais que originariamente vendiam jornais, revistas e postais, mas que com o tempo expandiram seus produtos a bebidas, salgados, tabaco e bilhetes de loteria. Em fevereiro de 1903, sob forma de decreto municipal, o levantamento dos quiosques existentes fora ordenado, assim como a discriminação dos estabelecimentos não legalizados. Os comerciantes exigiam 1.500 contos de réis como indenização, mas lhes era oferecido no máximo 300; as ordens de serviço para as remoções eram emitidas e executadas, com alguma frequência, durante a madrugada. *O Malho*, que no dia 31 de janeiro daquele ano exprimia em versos o desejo da “tal limpeza”, indicava não só a existência de representações negativas

sobre “os kiosques” anteriores ao decreto, como também a sua tomada de posição a respeito (figura 10).

Figura 10 - Pantheon dos Satrapinhas



Fonte: *O Malho*, 31 de janeiro de 1903. Por Renato de Castro. Acervo: FBN.

(...)
 Quem como chefe o nosso sólo (*sic*) pisa,
 Que o rumo que traçou não abandone:
 Limpe a cidade e mude-lhe a camisa
 Pois já cheirava á phrase (*sic*) de Cambrone⁴⁹

A referência a Pierre Cambronne, por exemplo, general francês da Guarda Imperial napoleônica, evoca um repertório associado ao despotismo e a formas de solução de conflitos através da “força”, além de dar indícios sobre o público ao qual a mensagem se destina tendo em vista o pressuposto de erudição necessário à sua compreensão. Acoplada ao texto, a caricatura de Renato de Castro representa o prefeito com um bastão em riste onde se lê “a dita dura” – uma provocação às críticas dos donos dos quiosques acerca da postura do prefeito. O “Pantheon dos Satrapinhas” fora apresentado inicialmente como uma coluna na qual seriam publicados retratos dos governadores dos estados (todos desenhados a mão pelos caricaturistas) ao lado de notas ou telegramas por eles enviados à redação; o “sucesso extraordinário” do quadro⁵⁰ fez com que a ideia se estendesse também às charges, reforçando a hipótese de que o alinhamento estratégico a determinadas figuras políticas norteava, em

⁴⁹ *O Malho*, 31 de janeiro de 1903.

⁵⁰ *O Malho*, 11 de outubro de 1902.

termos significativos, decisões internas sobre pautas, disposição e formato dos conteúdos publicados.

No mesmo exemplar, Calixto Cordeiro e João José Vaz também se manifestavam sobre aquelas demolições (figura 11). Até junho daquele ano, ao menos uma menção a essas intervenções se fez presente em todos os exemplares; apresentadas com frequência em formato de crônicas ou pequenos poemas, as publicações conferiam certo ritmo e constância às transformações que já se faziam visíveis na paisagem urbana. Tem-se ainda que, apesar de Raul Pederneiras ser classificado como o caricaturista que melhor retratou as cenas populares – deixando os assuntos das “elites” para Calixto Cordeiro⁵¹ –, ele foi o responsável pela totalidade da produção das imagens que enfatizavam “a missão da polícia” como prática de contenção: “O Dr. Passos com passo seguro foi á (sic) noite ao ex-Paço e quando amanheceu o dia... foi um dia de barracão...”⁵².

Figura 11 - Um Barracão de Menos



Fonte: *O Malho*, 31 de janeiro de 1903. Por Calixto Cordeiro e João José Vaz. Acervo: FBN.

51 LUSTOSA, Isabel. *Humor e política na Primeira República*. Revista USP, n.53, nov/1989.

52 *O Malho*, 31 de janeiro de 1903.

Considerações finais

Dessa forma, considerando as imagens como resultados de uma série de eventos em cascata, que condicionam as suas possibilidades e limitações de produção e não o inverso, demonstra-se que as tributações de “jornalismo de combate” estão desconectadas das trajetórias individuais dos agentes que as compuseram e, por sua vez, das trajetórias coletivas e institucionais do grupo que se expressou através d’*O Malho*. As tomadas de posição da revista no período das reformas do Rio sugerem, portanto, um abafamento das controvérsias que cercavam o debate sobre a sociedade que se desejava construir; e mais ligados às dinâmicas de circulação daqueles agentes em termos personificados do que à circulação de ideias oriundas de contextos externos – sobretudo europeus, no campo da cultura –, os posicionamentos expressos nas edições reforçavam a produção e a difusão da crença sobre representações que localizavam o “povo” no polo negativo dos valores de civilização e progresso da época, ou seja, o *Zé Povo* enquanto “vagabundo”, “criminoso”, “burro”, “atrasado”, “sujo” e “doente”. Às disputas estéticas, manifestadas tanto por critérios técnicos (traço, contraste, matizes de cor etc.) quanto de gosto, relativos às escolas de arte e repertórios simbólicos de seu espaço de origem, subjazem disputas políticas que, no contexto, diziam respeito às negociações acerca da abertura da Monarquia e da implantação das primeiras décadas da República.

Informações sobre as trajetórias dos agentes, sobretudo as de percurso escolar e profissional, possibilitam identificar o hibridismo do grupo, que se deslocava das esferas da arte às da intelectualidade e da política, e que explorava justamente essa característica de fronteiras porosas para se promover. Eram a excentricidade e a irreverência que permitiam esses deslocamentos, constituindo-os fonte de mediação cultural entre as “elites” e as camadas populares. Ao mesmo tempo que os caricaturistas se intitulavam os “porta-vozes do povo”, traduzindo ou transmitindo a eles os bastidores do cotidiano parlamentar e tecendo anedotas sobre a rotina da cidade e de seus habitantes, que se transformavam todos com as medidas de urbanização, não deixavam de imprimir nas páginas das revistas assuntos e códigos endereçados de modo restrito aos grandes comerciantes locais, aos frequentadores das óperas, teatros dos grandes circuitos e aos admiradores da teoria musical; davam visibilidade a reuniões, festas e cerimônias particulares e, ainda, reproduziam com periodicidade fotografias de álbuns de família e divulgavam estudos e atividades das grandes escolas de arte da Europa.

Não só a imprensa é produto da história, como também as formas de a consumir, de modo que a imagem em si pode carecer de rastros que competem à identificação de sua inscrição no tempo de maneira mais precisa. O que nos permite acessar informações que conectem a sua produção às suas condições de produção é a correlação dos esforços de reconstituição histórica do contexto e de reconstituição das trajetórias. São, pois, a correlação prosopográfica (isto é, a análise de biografias coletivas) e a incidência estatística oriunda de uma amostragem expressiva de *corpus* empírico que, fundamentadas em uma teoria social conveniente, possibilitam a identificação dos modos através dos quais os agentes perceberam e expressaram seus interesses, pontos de vista ou manifestaram seus engajamentos; esforços estes convertidos na imagem, aí sim, política ou culturalmente orientada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Marcia. **Jornalismo Popular**. São Paulo: Ed. Contexto, 2011.
- AZEVEDO, André. **A Grande Reforma Urbana do Rio de Janeiro: Pereira Passos, Rodrigues Alves e as ideias de civilização e progresso**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2016.
- BARBOSA, Marialva. **História da Comunicação no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2013.
- BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- COLLOVALD, Annie. **Identité(s) stratégique(s)**. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, V.73, 1988, pp.29-40.
- CORADINI, Odaci. Grandes Famílias e "Elite Profissional" na Medicina no Brasil. **Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos**, III (3), pp. 425-466, fev/1997.
- DE LUCA, Tania Regina. **Leituras, projetos e (re)vista(s) do Brasil (1916-1944)**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.
- JUSTEN, Janine. **A caricatura e o imperativo da modernidade: o papel da revista O Malho nas reformas urbanas do Rio de Janeiro (1900-1910)**. Tese de doutorado em Comunicação e Cultura. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2020.
- LIMA, Herman. **História da caricatura no Brasil**. Vol. 3. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.
- LOREDANO, Cássio. **O Vidente Míope. J. Carlos n'O Malho (1922-1930)**. Rio de Janeiro: Folha Seca, 2007.

LUSTOSA, Isabel. **Roteiro para Herman Lima**. Catálogo da exposição "Outros céus, outros mares", comemorativa do centenário de Herman Lima, realizada na Casa de Rui Barbosa de 5 de novembro a 4 de janeiro de 1998.

LUSTOSA, Isabel. **Humor e política na Primeira República**. Revista USP, n.53, nov/1989.

MARQUES, Eduardo. **Da higiene à construção da cidade: o Estado e o saneamento no Rio de Janeiro**. Revista História, Ciências, Saúde - Manguinhos, II (2), jul-out/1995.

MATTOS, Rômulo. **Pelos pobres! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República**. Tese de Doutorado em História Social. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

MORAES, D. **Comunicação, Hegemonia e Contra-Hegemonia: A contribuição teórica de Gramsci**. Revista Debates, Porto Alegre, v.4, n.1, p.54-77, jan-jun/2010.

PETRARCA, Fernanda. **Por uma sociologia histórica do jornalismo no Brasil**. VI Encontro de Pesquisadores da História da Mídia, ALCAR, 2008.

QUEIROZ, R. **História da caricatura no Brasil: um fardo nobre, cheio de memória e pertencimento**. Dissertação de mestrado em Memória Social. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

RODRIGUES, Antonio Edmilson. História da Urbanização no Rio de Janeiro – A cidade capital do século XX. In: CARNEIRO; SANDRA; SANT'ANNA (Orgs.). **Cidade: olhares e trajetórias**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SALIBA, Elias. **Raízes do Riso. A representação humorística na história brasileira: da Belle Époque aos primeiros tempos do rádio**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

SILVA, Rogério. **Modernidade em desalinho: costumes, cotidiano e linguagens na obra humorística de Raul Pederneiras (1898-1936)**. Tese de Doutorado em História. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2014.

SQUEFF, Leticia. As Exposições Gerais da Academia de Belas Artes: teatro de corte e formação de um mercado de artes no Rio de Janeiro. **Arte & ensaios, Revista do PPGAV/EBA/UFRJ**, n. 23, nov/2011.

VALLADARES, Licia. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VALLADARES, Licia. *Passa-se uma casa. Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.

VELLOSO, Monica. **Modernismo no Rio de Janeiro: Turunas e Quixotes**. Petrópolis: KBR, 2015.

WEID, Elisabeth. **A cidade, os bondes e a Light: caminhos da expansão do Rio de Janeiro (1850-1914)**. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense. Niterói, 1997.

Recebido em: 25/09/2020

Aprovado em: 17/10/2020